

**A LESBIANIDADE E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO  
ASSENTAMENTO RURAL 25 DE JULHO NO ESTADO DE  
SANTA CATARINA**

**LA LESBIANIDAD Y LA DIVISIÓN SEXUAL DEL TRABAJO EN  
EL ASENTAMIENTO RURAL 25 DE JULIO EN EL ESTADO DE  
SANTA CATARINA**

**LESBIANITY AND THE SEXUAL DIVISION OF LABOR IN  
RURAL SEATING 25 JULY IN THE STATE OF SANTA  
CATARINA**

**Franciele Aparecida Valadão<sup>1</sup>**  
*fran.valadao@hotmail.com*

**Resumo:** A divisão sexual do trabalho atribui historicamente os papéis sociais de gênero determinando o que é papel feminino e masculino, respectivamente, da mulher e do homem. Nos assentamentos rurais a divisão está colocada de forma explícita nas tarefas como cuidar da casa, dos filhos e da horta às mulheres e as máquinas, a roça, os animais aos homens. Evidentemente esse modelo é construído a partir da heteronormatividade. Desta forma os questionamentos para este artigo são em torno de como se dá esta divisão em casais homossexuais, como no caso de mulheres lésbicas assentadas em Santa Catarina, investigando se existe outro condicionante para divisão do trabalho.

**Palavras-chave:** Mulher; Campo; Divisão Social do Trabalho; Lesbianidade.

**Resumen:** La división sexual del trabajo atribuye históricamente los papeles sociales de género determinando lo que es papel femenino y masculino, respectivamente, de la mujer y del hombre. En los asentamientos rurales esta división está colocada de forma explícita en las tareas del cuidado de la casa, de los hijos y de la huerta a las mujeres, y las máquinas, la plantación, los animales a los hombres. Evidentemente este modelo se construye a partir de la heteronormatividad. De esta forma los cuestionamientos para este artículo son en torno a cómo se da esta división en parejas homosexuales, como en el caso de mujeres lesbianas asentadas en Santa Catarina, investigando si existe otro condicionante para la división del trabajo.

**Palabras Clave:** Mujer; Campo; División Social del Trabajo; Lesbianidad.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

**Abstract:** The sexual division of labor historically attributes the social gender roles determining what is female and male roles, respectively, of women and men. In rural settlements this division is explicitly placed in the tasks of caring for the house, the children and the garden to the women, and the machines, the plantation, the animals to the men. Obviously this model is built from heteronormativity. In this way the questions for this article are about how this division occurs in homosexual couples, as in the case of lesbian women settled in Santa Catarina, investigating if there is another condition for the division of labor.

**KeyWords:** Women; Field; Social Division of Labor; Lesbianity.

## INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido a partir das leituras e debates da disciplina de História Social do Trabalho, no programa de pós graduação em Geografia da FCT UNESP, e com desdobramento de uma entrevista realizada para minha dissertação com um casal de mulheres lésbicas assentadas em Santa Catarina. Trago para este artigo percepções que extrapolam o universo da pesquisa, me identificando com os relatos e vivências enquanto mulher lésbica.

A linearidade da história social do trabalho pode ser compreendida pelos acúmulos de estudos enquanto disciplina, mas também político dos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Linden, mostra esse processo dividido em dois momentos a “velha” e a “nova” história do trabalho. Sendo que, a “velha”, vem marcada pela institucionalização e focada na descrição organizacional de desenvolvimento, debates políticos e greves; e a “Nova”, tenta contextualizar a luta dos trabalhadores dialogando com a cultura cotidiana, relações de gênero, etnia, raça, idade e sexualidade (LINDEN, 2009, p.12).

A principal obra desta segunda fase da história do trabalho é de Thompson (1987), que não se atem apenas as relações de trabalho mas aos costumes da época que envolve a produção cultural da sociedade.

Moraes e Muller (2003, p. 06), destacam que Thompson no século XXI significa “uma defesa da razão e forte contraponto ao ceticismo epistemológico corrente, à visão relativista que nega a possibilidade do conhecimento objetivo e ao atual anti- realismo” ou seja, a contribuição de Thompson extrapola o âmbito disciplinar da história, trazendo contribuições importantes para outras ciências.

Atentar a essas contribuições a partir do espaço geográfico é assimilar as relações de classes colocadas no território. De acordo com Thompson (1987, p. 9) é a relação de classe “que unifica uma série de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados, tantos da matéria prima da experiência como na consciência”. O campo é parte desta unificação e parte desse tecido social, impactado pelas relações de poder do capital e pode ser percebida principalmente no conflito entre o latifúndio e os trabalhadores que lutam pelo direito ao acesso à terra, ou entre, o agronegócio e os camponeses que já detém a concessão da terra.

É a partir desta perspectiva, de classe a partir dos camponeses, que adentrarei as relações de trabalho pela sua divisão sexual nos assentamentos rurais. Considerando outros fatores da realidade concreta como gênero e sexualidade.

Sabendo que na sociedade são atribuídos papéis sociais aos sujeitos de acordo com seu gênero, ou seja, que o feminino e o masculino são condicionados a desenvolver papéis que historicamente foram atribuídos como sendo de mulher e de homem. Consideraremos assim as relações de gênero posta por dentro das relações de classe.

É possível no campo uma divisão sexual do trabalho que rompa com a heterossexualidade? Ou seja, é possível pensar uma nova organização do trabalho a partir de casais do mesmo sexo? Da mesma forma que Thompson (1987) vem nos colocando contrapontos da realidade para uma nova história social do trabalho, devemos nos ater a essa realidade para contextualizar a própria história social considerando os processos de sexualidade dentro do mundo do trabalho.

## **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PAPEIS DE GÊNERO**

De acordo com Souza (2013), a divisão sexual do trabalho surge com a sociabilidade e a formação da família.

Cada família se torna uma pequena sociedade tanto mais unida quanto o apego recíproco e a liberdade eram os seus únicos laços; e foi então que se estabeleceu a primeira diferença na maneira de viver dos dois sexos, que, até então só tinham tido uma. As mulheres tornam-se mais sedentárias e se acostumaram a guardar a cabana e os filhos, enquanto o homem ia procurar a subsistência comum (ROSSEAU, 1754 *apud* SÓUZA, 2013, p.50)

É na família então que surge o que compreendemos como “papéis sociais”, que foram atribuídos na divisão sexual do trabalho, através, “da consolidação modo de

produção capitalista conformando o “tipo ideal” feminino, forjado em consonância com estilo de vida da burguesia (CAMPOS, 2011). Isto é,

Mulheres e homens passariam a desempenhar funções a qual seu gênero estaria condicionado em vários setores da sociedade, subordinada a uma história de hierarquização de um gênero sob o outro, ou seja, o que socialmente se define como feminino está em condição subalterna em relação ao masculino.

Ao longo da história foram várias formas de divisão sexual do trabalho nem sempre com a dominação de um sob o outro, com hierarquia de trabalho, mas sempre, justificada pelo “natural” do que o bio tipo caracterizado como masculino é “capaz” de desempenhar em relação ao caracterizado como feminino. Com o desenvolvimento tecnológico a divisão sexual do trabalho se intensificou e impôs espaços e papéis sociais para cada um dos sexos. Por exemplo, a utilização do arado na atividade agrícola excluiu completamente as mulheres (PESSANHA, 2015, S/N)

No campo compreender as relações de gênero, em específico no assentamento rural, segue a mesma lógica. Os papéis que compreendem a mulher é o cuidado com a casa, as/os filhas/os, a horta e ao homem o trabalho com as máquinas, com a roça, e quem lida com os animais. Sendo que “o trabalho produtivo das mulheres assentadas no lote não é reconhecido como componente integrante da produção e sim como componente subliminar. Uma ajuda ao trabalhador principal, o homem” (FRANCO, 2004, p.50)

A autora coloca que a divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo por gênero pressupõe o espaço público e privado, “uma configuração espacial dos assentamentos divididos em lotes significa para muitas assentadas o seu isolamento social” (2004, p.82). Confinadas à produção e reprodução dos meios de subsistência na esfera privada;

Mas no cotidiano relatado, as mulheres, especialmente as casadas com responsabilidades familiares, têm maiores dificuldades de participar devido ao peso da sua rotina de trabalho doméstico e extradoméstico, que se acentua no assentamento onde se faz patente a dupla jornada de trabalho.” (FRANCO, 2004, p.83)

Este tipo de divisão, no lote, observado pela autora, claramente é a partir da família consolidada dentro da relação heterossexual, isto é, uma relação entre indivíduos do sexo oposto, que socialmente se reconhecem como sendo homem e mulher.

Com o casamento, origem da família, “o homem tem a segurança da filiação legítima e a garantia da sucessão. Associado a proibição do incesto consolida-se a submissão das mulheres aos homens e a naturalização da heterossexualidade como norma universal da sexualidade humana” (PESSANHA, 2015, S/N).

Fica evidente que os valores morais estabelecidos são os que consolidaram o que alguns autores vão chamar de “heterossexualidade compulsória”. Isto é, um padrão de sexualidade imposto compulsoriamente como “normal” dentro da “moral”.

No entanto, outros tipos de relações são possíveis, são por exemplo, as homossexuais, entre indivíduos biologicamente do mesmo sexo: “homem-homem” e “mulher-mulher”. Para a primeira chamamos de relações gays e a segunda de relações lésbicas.

É por dentro das relações lésbicas que vem nossa indagação, outras formas de sexualidade rompem com a heterossexual e as formas de divisão do trabalho? Como é a organização do lote a partir da relação entre duas mulheres? Como ocorre a organização do trabalho e dos espaços de sociabilidade? Acontece um rompimento com os papéis sociais de gênero?

## **MULHERES ASSENTADAS**

Antes de falar especificamente das lésbicas e sua organização territorial do trabalho no assentamento rural. Compreendemos que as mulheres camponesas são impactadas por um histórico de negação de direitos.

É recente a conquista das mulheres pelo direito a titulação da terra. O Censo Agropecuário de 1996 mostra que apenas 12% da titulação dos lotes estão no nome de mulheres. Segundo Paula e Chaguri (2018), foi a partir da normativa nº38 de 2007 onde exige a titulação conjunta do homem e da mulher para acessar as políticas elaboradas a partir do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) Esta normativa permite que mulheres construam mínima autonomia econômica em relação a produção do lote, sabendo que, a dependência econômica é uma das situações que causam subordinação das mulheres aos homens no campo. O trabalho da mulher, quando considerado é tido como secundário.

De acordo com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) está nas prioridades para acesso à terra em novo assentamento a “mulher chefe de família, independentemente do seu estado civil, com o sustento material de seus dependentes (“mães-de-família”)” (INCRA, ano). Isto é, Quando houver desacordo entre os ex-cônjuges em relação à titularidade do lote, se a mulher for responsável pela guarda das filhas/os será assegurada a sua permanência como titular. Em caso de violência contra mulher o mesmo direito é assegurado.

As conquistas em torno da “titulação conjunta” é representativa aos direitos das mulheres, ao mesmo tempo que impõe a elas um modelo de família, a partir da heterossexualidade. Percebe-se que em todos os critérios a uma pressuposição que existe/existiu um homem “Mães de família”, “ex- conjuges”, ou a própria “violência doméstica”.

### **ASSENTADAS, LÉSBICAS, MÃES E O TRABALHO**

Em consonância com a propriedade privada a heterossexualidade é um “padrão para avaliar todas as outras sexualidades a partir de uma qualidade normativa” (BORRILLO, 2010, p.31). Outro modelo de família composta por mulheres lésbicas seria também a possibilidade de construir outras relações de trabalho e de sociabilidade?

A partir da Regulamentação da União estável, entre casais homoafetivos em 2011, ainda que pouco comum, é possível que estes sejam beneficiárias/os do Programa de Reforma Agrária. Embora, não existam dados sobre o número de casais homoafetivos assentadas/os no Brasil, um dos motivos para isto, é que no cadastro do INCRA não existe nenhuma especificação sobre. A ausência desse dado torna invisível a existência dessas sujeitas/os e suas especificidades diante do Estado, cabendo a organização social visibilizar a sua existência. Por exemplo, o “Coletivo LGBT sem Terra”, desde 2017, que vem garantido políticas públicas de acesso e permanência na Terra, mas também, saúde, educação e o respeito a diversidade de gênero.

No estado de Santa Catarina, um casal de mulheres lésbicas, moradoras do “assentamento 25 de julho”, são assentadas, elas são mães. Há quatro anos, através de um projeto social, elas conseguiram realizar a inseminação artificial. É primeiro casal lésbico do estado a ter a criança registrada com dupla maternidade.

Se no assentamento rural, a divisão sexual do trabalho como mostrado por Franco (2004), coloca o trabalho das mulheres como secundário, “uma ajuda, ao trabalho principal que é do homem”. No caso do casal de lésbicas assentadas, essa divisão é (re)organizada a partir das relações de mesmo gênero, ou seja, duas mulheres que organizam o trabalho dentro e fora do lote a partir de modelo de família, que rompe com o trabalho tido como “do homem” e “da mulher”.

Durante a visita realizada ao lote do casal, percebi a plantação logo ao lado da casa, não havia brotado, mas existia uma estrutura de madeira e arame, parecido com uma cerca enfileirada. Questionei sobre o que seria plantado no local: “a uva”, me responderam. Indaguei sobre o trabalho: quem tinha feito? Uma delas respondeu: “É a primeira vez que nós conseguimos um projeto/financiamento para plantar, plantamos UVA, mas só daqui 2/3 anos vamos ver o resultado”.

As tarefas no lote, é organizado entre quem fica mais tempo no lote, cuida da plantação e das tarefas da casa, e do filho. Também, entre quem sai a trabalhar fora, pois, uma delas é professora, ministra aula na rede estadual, fora do assentamento, passa o dia fora. Para quem sai, a socializações das relações familiares com as outras professoras da escola fica evidente, quando elas dividem o trabalho;

Elas falam que chegam em casa, tem que arrumar a casa, tem que limpar, tem que fazer não sei o que. E você?” Eu chego em casa e vou descansar. Porque eu to cansada(risos), eu não cozinho não, ela que Cozinha. – E o filho fica com quem? com a mãe dele. (Entrevistada pela autora)

A divisão do trabalho entre elas ocorre entre o trabalho “dentro e fora do lote”. A renda principal, neste caso, compete a mulher que trabalha fora, ou seja, a divisão não tem a ver com o gênero. Podemos então afirmar que não existe uma divisão sexual do trabalho?

Se para pressupor a divisão sexual do trabalho é necessário que haja a divisão binária entre dois gêneros, masculino e feminino como embasado teoricamente, nos permitimos a reflexão que dentro de uma relação/família de mulher-mulher isso cai por terra.

Mas outras questões podem permanecer como a sobrecarga de trabalho de quem trabalha “dentro do lote”, as relações de sociabilidade com o restante do assentamento e a subordinação a obtenção de renda externa. Ou mesmo, questões que envolve performar ou não a feminilidade reproduzindo padrões héteros normativos.

Obviamente são pressupostos reflexivos, a partir de uma única experiência, sabemos que são necessárias reflexões e estudos mais aprofundados para confirmar nossas indagações de um rompimento e/ou reorganização do trabalho.

## CONCLUSÃO

Com base na revisão teórica e no exemplo do casal assentado no estado de Santa Catarina, emerge inquietações, sobretudo, no que tange a leitura das relações territoriais do trabalho no lote. Onde as mulheres estão inseridas de forma subordinadas a uma divisão do trabalho sob sua “condição” de mulher, em que o “cuidado” é atribuído a elas como “naturalmente de mulheres”. Essa divisão envolve a construção da família e as relações no interior dela sob um padrão heterossexual.

Encontramos por tanto fora do padrão heterossexual outras possibilidades de divisão do trabalho que demonstra potencial para romper com a hierarquia de gênero e com o machismo. Ao mesmo tempo que visibiliza as mulheres e seus trabalhos. O que a divisão sexual do trabalho mostra como sendo trabalho masculino, do homem é realizado por uma mulher, e o trabalho tido como feminino também.

Sendo assim, nos interessa refletir, a ruptura com a histórica negação da existência da lesbianidade e a visibilidade da mesma, que nas realidades do campo as sujeitas lésbicas provocam transformações sociais tal como a do trabalho.

## REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Tradução Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS** / Christiane --1.ed.—Buenos Aires: CLACSO, 2011.

FRANCO, Maria. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

LINDEN, Marcel Van der. **História do trabalho: o velho, o novo e o global**. Revista Mundos dos trabalho, vol.1, n.1, jan-jun de 2009.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Tempos em que a “razão deve ranger os dentes”: E.P. Thompson, história e sociologia**. In: *XI Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS*. Campinas: Unicamp, 2003.

PAULA, Fernanda Foster de, CHAGURI, Mariana Migiollaro. **Titulação Conjunta da Terra e o Protagonismo das Mulheres na Conquista de Direitos no Campo. Uniara, 2018. Disponível em:**

<[https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2018/9/8\\_Fernanda\\_Paula.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/9/8_Fernanda_Paula.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PESSANHA BILA, Fabio **Entrando no arco-íris: rupturas, rearranjos ou Reprodução da divisão sexual do trabalho entre Casais homossexuais?** I Congresso Latino americano de Teoria Social. Instituto de Investigações Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques – **Discurso sobre a origem da desigualdade**. Tradução: Maria Lacerda de Moura, Edição: Ricardo Castigat Mores, versão para eBook: eBookBrasil.org. 1754. Disponível em: <<http://www.ebookbrasil.org/elibris/desigualdade.html>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

SOUZA, Laiany R. S. **O Território Camponês sob o enfoque de gênero: A divisão sexual do trabalho e a Agroecologia**. (Dissertação Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju – SE, 2013. 2z

THOMPSON, E. P, **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 1987. (3 vols.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo, Paz e Terra

\_\_\_\_\_. 1998. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras.

Submetido em: fevereiro de 2019.

Aceito em: abril de 2019.